
Responsabilidade Socioambiental: Pública ou Privada?

Laura Calixto ¹

• Artigo recebido em: 12.05.2008 •• Artigo aceito em: 13.08.2008 ••• Segunda versão aceita em: 11.09.2008

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar comparativamente as informações sociais e ambientais de uma amostra de companhias brasileiras públicas e privadas do setor de energia elétrica. Quanto à metodologia, trata-se de um estudo descritivo e as técnicas utilizadas foram a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e análise de conteúdo. Através da verificação dos Relatórios Anuais e Balanços Sociais divulgados por uma amostra de 22 companhias de grande porte, no período de 1997 a 2006, assim como a análise das informações disponíveis em seus websites; foi possível observar que as empresas do setor de energia elétrica controladas pelo Estado divulgam mais informações socioambientais qualitativa e quantitativamente. A divulgação ocorre predominantemente através do Balanço Social, com grande adesão das empresas do setor em razão de uma resolução normativa da ANEEL desde 2001. Os resultados da investigação sugerem que a divulgação de informações socioambientais nas empresas do setor de energia elétrica está relacionada com a questão legal e com os impactos provocados por suas atividades, que são de grandes proporções.

Palavras-chave: Informações sociais e ambientais, Companhias públicas e privadas.

¹ Doutoranda em Administração - FGV-SP e Mestre em Ciências Contábeis – UERJ. Endereço: Rua João Moura, 1192, Bairro Pinheiros. São Paulo-SP. E-mail: lauracalixto@uol.com.br. Fone: (11) 3899-0057. Nota: este artigo foi aceito pelo Editor Romualdo Douglas Colauto e passou por uma avaliação *double blind review*.

Socio environmental Responsibility: Public or Private?

Abstract

This article aims to analyze comparatively the social and environmental information from a sample of public and private Brazilian companies in the sector of energy. Regarding methodology, it is a descriptive study, techniques were the literature research, and documentary research and content analyze. By checking the Annual Reports and Social Balances disclosed by a sample of 22 large companies, in the period from 1997 to 2006, as well as reviewing the information available on their websites, it was possible to see that companies in the sector of electricity controlled by State social disclose more information qualitatively and quantitatively. The disclosure occurs predominantly through the Social Balance and is present in large membership of the companies in the sector because of a resolution by legislative imposition of ANEEL since 2001. The results suggest that the disclosure social and environmental in the sector of energy have relationship with the legal matter and with the impacts caused by their activities, which are of major proportions.

Keywords: Social and environmental information, public and private companies.

1 Introdução

O contexto social e econômico atualmente tem demonstrado a necessidade de inserção da variável socioambiental como preocupação primordial nas decisões governamentais entre países, regiões e empresas. O desenvolvimento sustentável tem sido a principal justificativa para que as instâncias pública e privada promovam o bem-estar social e permitam a continuidade e manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Entretanto, é preciso que haja equilíbrio entre os benefícios gerados pelos empreendimentos econômicos e financeiros com a preservação do meio ambiente, e os impactos provocados por tais atividades devem ser mitigados, para que seja possível o atendimento a tais questões.

No âmbito empresarial, grandes esforços têm sido envidados para que os interesses dos públicos tanto interno quanto externo sejam atendidos. Nessa direção, o poder público cumpre um papel essencial na regulamentação e fiscalização das atividades empresariais. No âmbito das empresas de energia elétrica, embora o setor tenha passado por profundas

mudanças de controle do capital, além das exigências e regulamentações, tem se destacado na promoção e divulgação de investimentos socioambientais no Brasil.

O setor de energia elétrica foi objeto de grandes mudanças nos últimos anos, principalmente com a privatização de significativo número de empresas; processo iniciado na década de 1990. Outro aspecto relevante foi o forte comprometimento com questões sociais e ambientais, movimento influenciado por regulamentações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que através de uma Instrução Normativa, incentiva as companhias do setor a divulgarem o Balanço Social desde 2002.

Com base nessas premissas, o problema que se formula é sintetizado na seguinte questão: Quais são as diferenças no nível de divulgação de informações socioambientais entre companhias públicas e privadas? Assim, o objetivo do estudo é analisar comparativamente as informações socioambientais de uma amostra de companhias brasileiras públicas e privadas do setor de energia elétrica.

Por ser um setor de energia elétrica potencialmente poluidor, regulamentado e de grande importância econômica e social para o desenvolvimento do país, a pesquisa justifica-se pela necessidade de conhecimento maior sobre o tema, que poderá contribuir para o fortalecimento das discussões acadêmicas. Tendo em vista as particularidades das atividades de geração e, distribuição de energia elétrica, além das diferenças no modelo de gestão de empresas públicas e privadas, nessas considerações está a relevância pesquisa. Os resultados alcançados limitam-se à amostra selecionada, além dos documentos e relatórios consultados de domínio público, por elas disponibilizados.

O trabalho tem a seguinte estrutura: além desta introdução, a próxima seção apresenta o referencial teórico, baseado em obras anteriores de eminentes autores que se dedicaram a estudar o tema; logo, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para a seleção da amostra e análises dos resultados; por fim, são apresentadas as conclusões, seguidas de recomendações para pesquisas futuras.

2 Responsabilidade socioambiental das empresas

Embora seja um tema presente e bastante discutido na literatura, há muitas divergências no que diz respeito ao aspecto formal, definição e também aceitação por alguns segmentos de negócios, como o que deveria ser e qual a aplicação do conjunto de variáveis que envolvem a responsabilidade socioambiental das empresas. A análise da literatura sobre o tema evidencia esclarecimentos de autores que estudaram o desenvolvimento da responsabilidade social corporativa, com início entre as décadas de 1960 e 1970, mas com forte apelo público e adesão de grande número de empresas, a partir de 1990.

Quanto ao aspecto da divulgação, com o passar dos anos, aperfeiçoamento dos sistemas de gestão das empresas, conscientização e preocupação em divulgar os resultados dos seus investimentos, esses eventos têm contribuído para a sofisticação e análise mais estruturadas nos estudos acadêmicos, como mostram os resultados de pesquisas conduzidas pelos seguintes autores: Bernardo et al. (2006); Oliveira (2005); e Silva (2004). Os resultados desses trabalhos, que analisaram os Balanços Sociais de amostras significativas de companhias brasileiras de diferentes segmentos, destacaram as empresas do setor de energia elétrica entre as que mais divulgaram informações socioambientais. É preciso salientar o fato de que uma Resolução Normativa da ANEEL tornou obrigatória a publicação do Balanço Social para as empresas do setor de energia elétrica desde 2002

2.1 Relevância do setor no contexto econômico e social

A eletricidade exerce um papel fundamental no desenvolvimento de um país e o Brasil apresenta diversidade geográfica favorável a muitas formas de geração, sendo a hidráulica a mais explorada (ANEEL, 2007). A intervenção do Estado no setor elétrico foi iniciada na década de 1930, no governo do presidente Getúlio Vargas, quando aquele assumiu o papel de agente ativo na modernização da indústria brasileira. Somente na década de 1979 que o processo foi concluído.

No início da década de 1980 o setor passou a ter problemas para atender a demanda do país, principalmente em razão da crise econômica que se instalou; relacionada com os aspectos políticos e fiscais que levaram

o Estado a iniciar os projetos de privatização das atividades ligadas à produção de bens e serviços; mas somente em meados da década de 1990, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso é que o processo de privatização ganhou força e foi consolidado. Criada em 1996 pela Lei n. 9.427, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL marcou o novo modelo instituído pelo Estado, que reduziu sua atuação, limitando-se a regular e fiscalizar o setor.

Rusca (1996) analisou o desempenho das concessionárias de serviços de energia elétrica públicas e privadas. O período verificado foi de 1990 a 1994 e a autora confirmou que “empresas públicas e privadas têm qualidade de serviço semelhante como prestadoras de serviços e distribuição de energia elétrica, ao exercerem sua competência primordial de fornecimento”. Entretanto, a análise econômico-financeira demonstrou que as empresas privadas tiveram melhor desempenho que as empresas públicas, resultado atribuído principalmente ao nível de endividamento, muito maior nas concessionárias públicas.

Com o objetivo de analisar a evolução da prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica no Brasil, desde os seus primórdios até os dias atuais; Carneiro (2000) destacou as alterações no setor, que em alguns momentos foi controlado pelo poder público, em outros, pelo poder privado e atualmente, este tem ganhado maior espaço, devido ao processo de privatização dos últimos anos e maior ênfase na regulamentação.

Ferreira (2000) explorou os impactos da privatização da Light, sob a ótica do Estado, dos consumidores e da ANEEL. O autor verificou que para o Estado, o processo de privatização foi extremamente positivo quanto ao aspecto financeiro, além de transferir os investimentos estruturais para o atendimento da demanda. Concluiu que a ANEEL tem conseguido alcançar os seus objetivos de fiscalização e regulação da empresa, apesar dos problemas ocorridos nos primeiros meses de operação após a privatização, em razão das falhas no processo de fiscalização, que até então, não estava formalizado e bem estruturado. Sob o enfoque do consumidor, para o autor embora o índice de reclamações tenha sido significativo no primeiro ano após a privatização, devido aos esforços envidados pela empresa para atender às exigências da agência reguladora, os níveis de reclamações dos consumidores sofreram queda substancial.

Num estudo comparativo da eficiência operacional e financeira de empresas privatizadas no Brasil no período de 1995 a 2002; Chan, Corrar e Martins (2003) verificaram que a privatização proporcionou melhora na lucratividade das empresas privatizadas e isso não ocorreu nas empresas estatais. Entretanto, os resultados indicaram um aumento na lucratividade e na eficiência operacional das empresas analisadas, tanto públicas quanto privatizadas.

Considerando o fenômeno mundial da privatização de empresas de diversos setores, Burnes, Katsouros e Jones (2004) enfatizaram as vantagens e desvantagens da privatização e elaboraram um estudo de caso junto à maior fornecedora de energia elétrica estabelecida na Grécia, com objetivo de analisar os principais efeitos da sua privatização. De acordo com autores, a abertura de mercados na União Européia constituiu um ambiente de maior competitividade, transparência e prestação de contas e exigiu uma nova postura diante dos stakeholders.

Por meio de um estudo sobre o setor de energia elétrica no Brasil, de 1880 até 2002, Gomes (2005) analisou qualitativamente os fatores determinantes e influenciadores do seu desenvolvimento. Ao longo do período analisado, o autor identificou os vários modelos institucionais adotados, além do desempenho ou não destes no fornecimento de energia elétrica. A análise permitiu ao autor concluir que o modelo institucional influenciou fortemente na dimensão e origem dos recursos investidos.

Ao descrever a reforma do Estado, Srour (2005, p. 47) observou que “o processo de privatização brasileiro avançou muito na distribuição, mas pouco na geração. A causa está na indefinição das regras do setor elétrico que inibiu os novos investimentos necessários à expansão desse segmento”. No contexto internacional, Hira, Hukstable e Leger (2005) investigaram a participação direta do público consumidor no processo de regulamentação do setor elétrico. De acordo com os autores, a participação do público é pouco ativa, essa é ainda menor nos países em desenvolvimento e propuseram então um modelo alternativo que inclui o consumidor no processo, incentivado principalmente pela maior difusão de informações e pela ênfase na transparência e confiabilidade dessas.

Campos (2005) destacou os impactos ambientais, que são de grandes proporções na região em que é instalada uma hidrelétrica, entretanto, os efeitos

sobre as comunidades e os problemas sociais oriundos da desapropriação de terras, a perda de áreas agricultáveis e deslocamento da produção de alimentos estão entre os maiores conflitos a serem enfrentados pelas empresas. Sobre a gestão de conflitos na implantação de uma hidrelétrica, Gavião (2006) investigou o caso da Hidrelétrica de Itapebi-BA, no que diz respeito ao licenciamento ambiental e resolução de discordâncias com a população atingida diretamente pelos impactos do empreendimento. No entendimento do autor, os problemas foram originados dos erros e omissões nos Estudos de Impactos Ambientais – EIA apresentados pela empresa, porém as compensações econômicas viabilizaram a resolução dos conflitos.

Quanto às particularidades do licenciamento ambiental das empresas do setor elétrico, Burian (2006) avaliou os pontos fortes e fracos do Estudo de Impacto Ambiental-EIA e do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA que devem ser apresentados pelas empresas na fase inicial do projeto, como exige a legislação. Após evidenciar os pontos críticos desses relatórios, que não preenchem todas as lacunas necessárias para análise das atividades socioambientais das empresas; o autor sugeriu a Avaliação Ambiental Estratégica – AAE, um instrumento alternativo que vem sendo utilizado em outros países nas últimas décadas e o seu principal diferencial é avaliar o empreendimento de forma contínua e não somente no início do projeto.

Observa-se que os impactos ambientais gerados pelos empreendimentos do setor de energia elétrica são de grandes proporções, porém, ressalta-se que esta qualificação é válida tanto para os aspectos negativos quanto para os aspectos positivos. Os efeitos positivos são relevantes, as barragens aumentam a produção agrícola ao tornar possível o sistema de irrigação, melhoram a disponibilidade de água potável para o consumo nas regiões semi-áridas, ajudam a controlar os efeitos das enchentes e possibilitam uma série de atividades de lazer nos reservatórios (SHELL BRASIL LTDA, 2003).

2.2 A divulgação de informações socioambientais: pesquisas anteriores

Num estudo comparativo entre empresas de energia elétrica, Gibson e Guthrie (1995) analisaram o conteúdo de informações anuais de vinte companhias australianas públicas e quarenta privadas. Os autores observaram

que o aumento do foco na prestação de contas sob o aspecto socioambiental está presente em empresas privadas com maior ênfase, assim como a divulgação de informações quantitativas, do que em empresas públicas.

Por meio da análise de conteúdo dos relatórios anuais de uma amostra de sessenta companhias australianas, Burritt e Welch (1997a) realizaram um estudo exploratório com o objetivo de comparar as informações ambientais divulgadas por empresas orçamentárias e empresas não orçamentárias (Budget and non-budget entities) num período de dez anos. De acordo com os autores, os resultados obtidos demonstraram um aumento no total de informações ambientais divulgadas nos relatórios de entidades orçamentárias e maior volume do que em empresas não orçamentárias. Entretanto, foi predominante a evidenciação de informações qualitativas nas empresas analisadas.

Burritt e Welch (1997b) exploraram a literatura a respeito das características do desempenho ambiental das empresas públicas australianas. De acordo com os autores, há cinco grupos-chave de stakeholders que têm interesse em particular no desempenho ambiental de empresas: os órgãos de regulamentação, as agências ambientais, departamentos administrativos, aqueles que são afetados por suas atividades, local, nacional e internacionalmente, organizações não-governamentais e acadêmicos (BURRITT e WELCH, 1997a).

No âmbito do setor público, Bowerman e Hutchison (1998) investigaram as contribuições da contabilidade na identificação e mensuração dos gastos ambientais em três empresas inglesas. De acordo com os autores, o envolvimento da contabilidade com o tema deve ocorrer em relação à quantificação e registro dos impactos ambientais; para dar suporte à tomada de decisão das autoridades públicas, o que ainda não está sendo feito, em razão da falta de interesse e efetivo envolvimento dos contadores com a questão.

A pesquisa conduzida por Cormier e Gordon (2001) junto a empresas canadenses teve como objetivo investigar as diferenças na divulgação voluntária de informações sociais e ambientais de duas empresas públicas e uma empresa privada do setor elétrico, no período de 1985 a 1996. Com a aplicação de técnicas de estatística descritiva, os autores identificaram maior nível de divulgação de informações sociais e ambientais nas empresas públicas do que nas empresas privadas.

Com base nos vários aspectos relacionados ao tema sustentabilidade, Lage (2001) propôs um conceito de desenvolvimento sustentável possível de ser aplicado na administração pública. Com uma análise qualitativa do projeto de aproveitamento de energia eólica no estado do Ceará, a autora apresentou as bases conceituais para uma administração pública comprometida com o desenvolvimento sustentável, nas dimensões de sustentabilidade ecológica, econômica, social, tecnológica, espacial, cultural e política, além da participação da sociedade civil nesse contexto.

González e Bebbington (2001) estudando uma empresa espanhola geradora e distribuidora de energia elétrica, investigaram a introdução de definições e metodologias de contabilidade ambiental na empresa, no período de 1992 a 1994. Constataram que a intervenção da contabilidade ambiental na empresa falhou no estímulo a mudanças substanciais em sua estrutura e sugeriram alterações na regulamentação e principalmente na mentalidade dos profissionais da área, tendo em vista o pouco interesse e envolvimento que esses apresentaram com o tema.

Para examinar a associação entre a internalização da gestão ambiental e o nível de evidenciação praticado por empresas do setor público, Frost e Seamer (2002) aplicaram um questionário junto uma amostra de trinta e cinco empresas australianas e analisaram o conteúdo dos seus relatórios anuais. Os resultados da pesquisa indicaram que o nível de práticas de gestão ambiental implementadas pelas empresas é fortemente associado com o nível de divulgação de informações ambientais nos seus relatórios anuais.

Num estudo exploratório sobre a utilização da internet como meio de comunicação entre as empresas e os seus stakeholders, Cooper (2003) analisou as informações disponibilizadas nos websites de uma amostra de empresas inglesas do setor de energia elétrica. Os achados mostram que o potencial da internet não é aproveitado na sua totalidade, o que não a caracteriza como um agente de mudanças na pressão por informações competitivas e devido ao seu caráter voluntário; as empresas disponibilizam somente os aspectos positivos dos seus negócios e o nível de evidenciação de informações ocorre em maior proporção nas empresas de grande porte.

Com o objetivo de aplicar o modelo desenvolvido pelo pesquisador inglês Michael Hopkins, que propôs indicadores de responsabilidade social

corporativa, Oliveira et al. (2004) efetuaram um estudo exploratório para avaliar os relatórios publicados por três empresas de fornecimento de energia elétrica. Os resultados indicaram que as empresas analisadas foram qualificadas como socialmente responsáveis, devido às práticas de divulgação dos indicadores sociais por elas desenvolvidas.

Em sua dissertação de mestrado, Silva (2004) explorou o nível de evidenciação voluntária incluído nas demonstrações contábeis de uma amostra de vinte e seis empresas brasileiras do setor elétrico. De acordo com o autor, o nível de evidenciação entre as empresas é significativo, com destaque principalmente para divulgação da Demonstração do Fluxo de Caixa, Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado e essa iniciativa tem um caráter ético e de responsabilidade social por iniciativa das empresas.

Rahaman, Lawrence e Roper (2004) tiveram como objetivo identificar as razões para que uma empresa pública do setor elétrico divulgasse informações sociais e ambientais nos seus relatórios anuais. Por meio da análise de conteúdo e entrevistas junto a funcionários da empresa, estabelecida em Gana, de acordo com os autores o Banco Mundial é o seu maior influenciador, através de pressões estabelecidas para que aquela tenha um desempenho social e ambiental como condição para aprovação e efetivação de empréstimos.

Pires (2005) analisou a gestão ambiental aplicada a sistemas de transmissão de energia elétrica, do empreendimento Norte/Sul I, que atravessa vários estados brasileiros. A análise permitiu concluir que o processo de gestão ambiental do empreendimento mostrou-se adequado às particularidades do setor, embora ainda não possa ser considerado um modelo de orientação para futuras implantações. Campos (2005) propôs um conjunto de indicadores de sustentabilidade baseados no triple bottom line ambiental-social-econômico, desenvolvidos a partir das propostas nacionais e internacionais difundidas na literatura acadêmica e que pudesse ser aplicado em empresas do setor elétrico brasileiro. Identificou a necessidade de padronização e periodicidade na divulgação de informações socioambientais, tendo em vista que somente dessa forma, será possível a comparação entre as empresas.

Para analisar a divulgação de informações sociais e ambientais do setor elétrico, através de um estudo de caso múltiplo, Luca et al. (2006)

exploraram o comportamento das oito empresas distribuidoras de energia elétrica estabelecidas na região nordeste, no âmbito da responsabilidade social corporativa. A análise qualitativa de indicadores internos e externos de responsabilidade social; embora a ANEEL e Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADDE tenham impulsionado a forma de gestão da responsabilidade social das empresas, mostra que há necessidade de melhorias na forma de evidenciação, tendo em vista a falta de uniformidade entre as empresas estudadas.

Oliveira, Daher e Oliveira (2006) aplicaram o modelo de Hopkins para avaliar qualitativamente as ações sociais empreendidas pelas companhias. Os resultados indicaram, conforme os autores, que os valores reputacionais das empresas analisadas são refletidos em suas ações sociais empreendidas, que vão além da filantropia. Batista et al. (2006) et al. analisaram o caso da Companhia Energética do Ceará com o objetivo de identificar convergências e conflitos entre os seus stakeholders internos e externos, com ênfase nos desafios estratégicos a serem implementados e/ou enfrentados. Os resultados evidenciaram a necessidade da prática de uma dimensão política na gestão da empresa.

Considerando que a internet tem se consolidado cada vez mais como um importante veículo de comunicação da responsabilidade social das empresas, Souza Filho e Wanderley (2006) estudaram a divulgação dessas informações em uma amostra de três empresas brasileiras do setor elétrico e quatro empresas varejistas que atuam na região nordeste. Por meio de indicadores para avaliação do índice de responsabilidade social empresarial, concluíram que a divulgação na internet ocorre de forma inadequada, tendo em vista a falta de disponibilização de informações estratégicas pela maior parte das empresas analisadas, como o código de ética ou conduta e resultados obtidos com investimentos em projetos sociais.

Esta seção apresentou o referencial teórico focado na evolução do tema responsabilidade socioambiental nas empresas do setor de energia elétrica públicas e privadas. Foi possível verificar que as empresas têm se posicionado dando grande ênfase ao tema. Entretanto, algumas ponderações devem ser feitas quanto aos resultados de pesquisas anteriores. No âmbito nacional, os resultados encontrados foram similares, ocorreu a predominância do destaque à responsabilidade socioambiental nas

empresas do setor, principalmente em razão do incentivo legal, embora muitas críticas à falta de uniformidade tenham sido salientadas. Em nível internacional, os aspectos culturais, políticos e econômicos influenciaram diretamente a evolução do processo de privatização das empresas de diferentes formas. As pesquisas foram elaboradas em épocas e contextos diferentes, bem como o tamanho das amostras e procedimentos metodológicos adotados. Assim, os resultados dessa pesquisa não podem ser analisados comparativamente com os que foram encontrados em pesquisas anteriores de outros países.

3 Procedimentos metodológicos

O presente estudo classifica-se como descritivo. A pesquisa bibliográfica apoiou o embasamento teórico, momento em que foram consultados artigos, livros, dissertações e teses pertinentes ao tema. A pesquisa documental foi utilizada na coleta de dados secundários, ou seja, foram analisados os relatórios anuais e Balanços Sociais de uma amostra de empresas públicas e privadas do setor de energia elétrica. As informações utilizadas são de domínio público, disponibilizadas pelas próprias empresas em seus websites corporativos. A análise de conteúdo apoiou a verificação qualitativa e quantitativa das informações socioambientais divulgadas pelas companhias.

Foi selecionada uma amostra de onze companhias públicas e onze companhias privadas. O critério de seleção utilizado foi a acessibilidade dos Relatórios Anuais e Balanços Sociais nos websites de cada empresa, no período de 1997 a 2006. O quadro a seguir apresenta a relação das organizações incluídas neste estudo:

Quadro 1: Amostra selecionada

Companhias controladas por capital privado	Companhias controladas pelo poder público
Centrais Elétricas Pará S.A. - CELPA	Companhia Energética de Brasília - CEB
Companhia de Energia Elétrica do Estado de Pernambuco - CELPE	Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC
Companhia Energética do Maranhão - CEMAR	Centrais Elétricas de Goiás - CELG
Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro - CERJ	Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG
Companhia Energética do Ceará - COELCE	Companhia Energética de São Paulo - CESP
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN	Companhia Paranaense de Energia – COPEL Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás
Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Eletropaulo	Empresa Metropolitana de Águas e Energia - EMAE
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF
Tractebel Energia S.A.	Companhia Energética de Alagoas – CEAL
Bandeirante Energia S.A.	Furnas Centrais Elétricas S.A – FURNAS

Fonte: Adaptado de: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Para analisar as informações coletadas foi utilizada a análise de conteúdo, trata-se de uma técnica de avaliação quantitativa de dados qualitativos e amplamente utilizada pelas ciências sociais. De acordo com Bardin (1977, p. 38), “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Martins (2006, p. 33) define a análise de conteúdo da seguinte forma: “é uma técnica para se estudar e analisar a comunicação de maneira objetiva, sistemática e qualitativa. Buscam-se inferências confiáveis de dados e informações com respeito a determinado contexto, a partir dos discursos escritos ou orais de seus atores”.

Para Bardin (1977), a análise de conteúdo deve seguir três etapas básicas e essas são apresentadas a seguir. Na primeira etapa, a pré-análise referiu-se à leitura dos relatórios e preparação do material para posterior codificação, escolha das unidades de registro, de contexto e categorização; ou seja, a segunda etapa. A terceira etapa consistiu na interpretação dos dados coletados. As categorias para análise dos relatórios foram criadas com base na leitura inicial dos materiais, além da inclusão de categorias adaptadas dos estudos de Gray; Kouhy e Lavers (1995a e 1995b), que após analisarem a evolução das informações socioambientais divulgadas por

companhias inglesas, propuseram um modelo que poderia ser aplicado em outros contextos. Tais categorias são apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 2: Categorias pré-estabelecidas para a análise de conteúdo dos relatórios (continua)

Envolvimento com a Comunidade	Declarativa	Não Monet.	Monet.
Declaração de preocupação/comprom. com a questão social			
Investimentos em educação			
Projetos sociais			
Medidas de compensação ambiental			
Cultura			
Voluntariado			
Terceira idade			
Outras atividades comunitárias			
Recursos Humanos			
Saúde e segurança do trabalho			
Vagas para minorias			
Investimentos em treinamento			
Investimentos em educação			
Políticas de remuneração			
Plano de previdência complementar			
Certificação social			
Outras atividades relacionadas			
A Empresa e o Meio Ambiente			
Declaração de preocupação com a questão ambiental			
Políticas ambientais			
Treinamento de funcionários			
Reconhecimento das regulamentações ambientais			
Reconhecimento dos impactos ambientais			
Presença de um sistema de gestão ambiental			
Programa de recuperação ambiental			
Envolvimento com proj. comunitários e de educação ambiental			
Gestão Ambiental			
Auditoria ambiental			
Montante gasto com recuperação/reabilitação ambiental			
Multas e processos ambientais			
Montante gasto com proteção/preservação ambiental			
Avaliação de passivos contingentes			
Análise quant. de gastos com matéria-prima, energia e resíduos			
Certificação ambiental			
Licenciamento ambiental de empreendimentos			

Quadro 2: Categorias pré-estabelecidas para a análise de conteúdo dos relatórios (continuação)

Informações Econômicas	Declarativa	Não Monet.	Monet.
Governo			
Acionistas			
Empregados			
Comunidade			
Desenvolvimento regional			
Energia: informações sobre consumo			
Água: informações sobre consumo			
Outras atividades relacionadas			

Fonte: adaptado de Gray, Kouhy e Lavers (1995a e 1995b).

Para quantificação das informações socioambientais, utilizou-se a técnica de análise textual, caracterizada pela identificação das informações divulgadas pelas companhias por sentença, sem considerar a repetição de termos nos diversos relatórios consultados e de acordo com as categorias previamente estabelecidas, classificando-as como monetárias, não-monetárias e declarativas.

4 Análise dos resultados e discussão

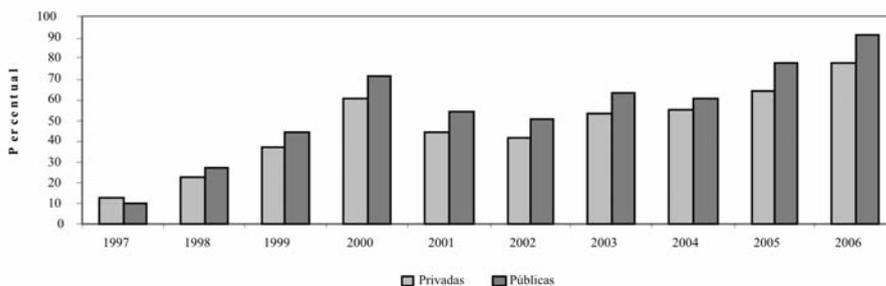
Nesta seção são apresentados os resultados da análise qualitativa e quantitativa dos Relatórios Anuais e dos Balanços Sociais das vinte e duas companhias públicas e privadas do setor de energia elétrica. As informações quantitativas são predominantes no Balanço Social e o modelo utilizado pelas companhias segue a proposta do IBASE. Os Relatórios Anuais das empresas caracterizam-se pela divulgação de informações socioambientais declarativas, com ênfase principalmente na declaração da preocupação com a questão social, assim como a variável ambiental das suas atividades.

As informações econômico-financeiras das companhias não contemplam os aspectos socioambientais dos seus investimentos, bem como, dos seus custos. Ashley (2005) destacou a dicotomia que há entre a utilização de indicadores sociais que excluem os agentes financeiros, quando as empresas não avaliam e não divulgam essas informações para o público externo. As empresas disponibilizam muitas informações socioambientais nos seus websites e esses contemplam principalmente

projetos sociais e ambientais desenvolvidos, assim como os destaques para prêmios recebidos de instituições nacionais. As informações monetárias sobre os gastos com investimentos socioambientais não são divulgadas com muita frequência pelas empresas e não há muitos detalhamentos sobre o acompanhamento e destinação segregada dos mesmos.

A divulgação de investimentos sociais das companhias, relacionados com a comunidade externa apresentaram crescimento relevante até o ano de 2000, sofreram quedas no período de 2001 a 2004, voltando a apresentar crescimento relevante a partir de 2005. Observou-se que para essa categoria, os maiores gastos das companhias estão voltados para projetos sociais, investimentos em educação e medidas de compensação ambiental, que se referem a investimentos em obras voltadas para a comunidade direta ou indiretamente impactada por seus empreendimentos, como mostra o gráfico a seguir:

Figura 1: Envolvimento com a Comunidade



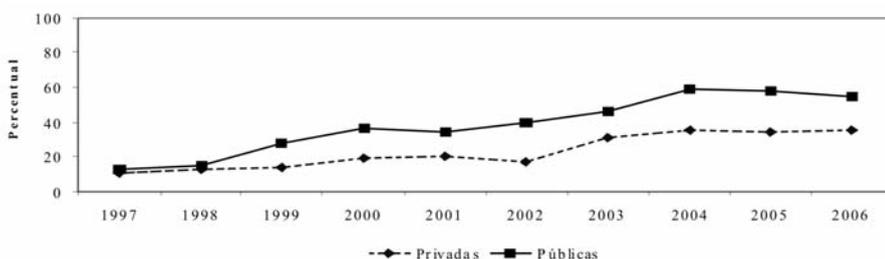
As companhias de energia públicas e privadas, para esta categoria, apresentaram comportamento similar, entretanto, as companhias públicas foram as que mais investiram em programas voltados para a comunidade externa na maior parte do período analisado,

Os investimentos envidados com recursos humanos também foram significativos nos dois grupos de empresas analisados. Pesquisas sobre a percepção das pressões sociais confirmam a maior preocupação da sociedade brasileira com a qualidade e estabilidade no emprego, salários justos; que haja interesse e incentivo das empresas para que os funcionários sejam vistos como investimento humano, parceiros dos empreendimentos e

que esses agreguem valor para os seus negócios (INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL 2000, 2001 e 2002).

Os investimentos sociais detalhados sobre os recursos humanos foram crescentes no período analisado, com maior destaque em 2004, embora tenha ocorrido relativa estabilidade a partir desse período. Os gastos com treinamento de funcionários, saúde e segurança no trabalho e investimentos em educação foram predominantes nas empresas públicas e privadas. Entretanto, as companhias públicas de energia elétrica foram as maiores investidoras em recursos humanos, quando comparadas com as companhias privadas em todo o período analisado, como pode ser observado no gráfico a seguir:

Figura 2: Investimentos em Recursos Humanos



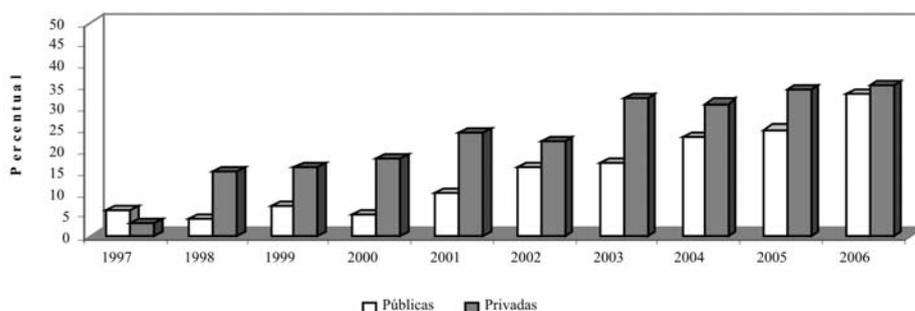
A questão ambiental nas empresas de energia elétrica esteve presente nos relatórios de todas as empresas componentes da amostra, de modo declarativo, qualitativo e quantitativo. A declaração da preocupação com a temática ambiental, assim como o comprometimento com a causa foi predominante. Atribui-se esse resultado à íntima relação que o negócio tem com o meio ambiente, devido às grandes proporções dos impactos, positivos e negativos que provocam.

As políticas ambientais e informações sobre o envolvimento com projetos comunitários de educação ambiental também foram destaque, tanto nas empresas públicas quanto nas empresas privadas. Observou-se que foi dada grande ênfase no reconhecimento das regulamentações e impactos ambientais provocados pelas atividades, devido ao caráter regulatório que é exercido sobre as empresas do setor.

As informações sobre o relacionamento das empresas com o meio ambiente foram mais destacadas nas empresas públicas. Considera-se que

esse resultado poderia ser presumido devido ao controle estatal. No setor privado, ocorreram muitas instabilidades no período analisado, embora essas informações tenham apresentado a tendência de crescimento a partir de 2003, como mostra o gráfico a seguir:

Figura 3: A questão Ambiental na Empresa

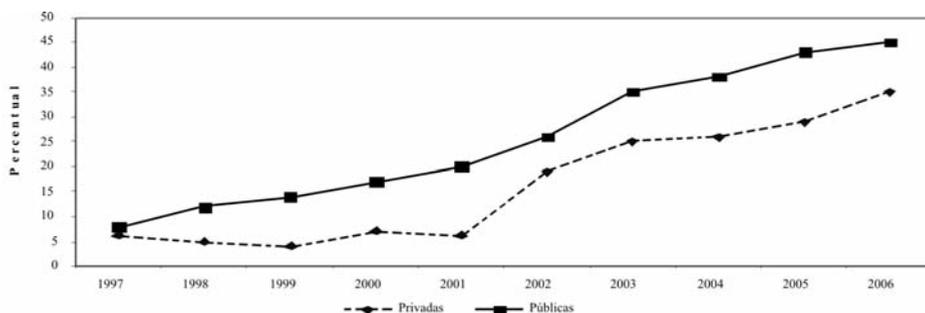


A categoria de informações que buscou identificar a relação das empresas com a gestão ambiental também apresentou resultados superiores para empresas controladas pelo poder público.

As informações qualitativas e quantitativas sobre os gastos com investimentos ambientais foram predominantes nas empresas analisadas. Contudo, informações mais detalhadas sobre os seus passivos contingentes, assim como multas e processos ambientais, quando apresentadas, foram de natureza qualitativa e com pouco detalhamento. Por outro lado, as informações sobre licenciamento ambiental dos empreendimentos das empresas foram muito enfatizadas, tanto por empresas públicas quanto por empresas privadas.

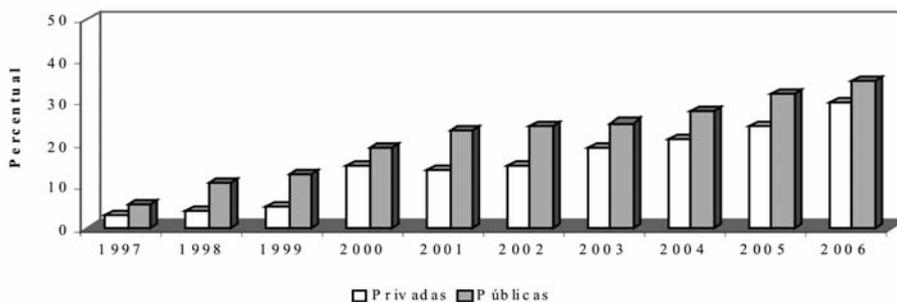
As empresas públicas e privadas passaram a divulgar mais informações sobre o seu relacionamento com o meio ambiente a partir de 2001. Os itens auditoria e certificação ambiental foram menos divulgados pelas empresas para essa categoria. O gráfico a seguir apresenta os resultados:

Figura 4: Gestão Ambiental



Apesar de não ser obrigatória a publicação da Demonstração do Valor Adicionado, as companhias do setor têm divulgado este relatório desde meados da década de 1990, em que são apresentadas informações econômicas quanto à distribuição da riqueza gerada pelas companhias. O item mais privilegiado pelas empresas foi a destinação de recursos para o governo e funcionários, que passaram a ter maior destaque a partir de 2003, como apresenta o gráfico a seguir:

Figura 5: Informações Econômicas



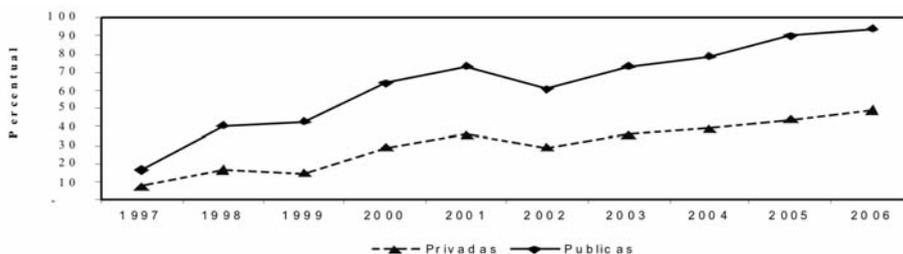
Foram incluídas nesta categoria as informações que as empresas divulgam sobre suas contribuições para o desenvolvimento regional, onde são instalados os seus empreendimentos, assim como o controle de gastos com energia e água nas suas atividades. Observou-se que a divulgação dessas informações ainda é incipiente entre as empresas do setor. Tanto empresas públicas como privadas apresentaram um desenvolvimento

irregular na divulgação dessas informações, tendo prevalecido as empresas do setor público, como maiores divulgadoras de informações nesta categoria.

A análise das informações divulgadas no período de 1997 a 2006 permite observar que houve um crescimento significativo nas empresas do setor de energia elétrica, com maior destaque para as empresas controladas pelo poder público, em todas as categorias pré-estabelecidas. Verifica-se que a maior visibilidade das empresas controladas pelo Estado acarreta maior vulnerabilidade, em razão das questões políticas em torno dessas.

A inclusão de informações socioambientais padronizadas favoreceu os resultados encontrados e isso representa uma contribuição para as investigações sobre o comportamento das empresas. A predominância de informações declarativas e não-monetárias configura um resultado semelhante ao encontrado em pesquisas anteriores, que enfatizaram o setor de energia elétrica unicamente ou em conjunto com outros. O gráfico a seguir apresenta os resultados desta categoria:

Figura 6: Evidenciação Socioambiental



A análise de conteúdo dos relatórios anuais e Balanços Sociais das companhias do setor de energia elétrica demonstra um significativo crescimento da divulgação socioambiental no período verificado. Em todas as categorias selecionadas, companhias controladas pelo poder público apresentaram maior quantidade e qualidade das informações socioambientais divulgadas.

5 Considerações finais

Ao longo deste trabalho procurou-se analisar comparativamente as informações socioambientais de uma amostra de companhias brasileiras

públicas e privadas do setor de energia elétrica. Através da análise de conteúdo dos Relatórios Anuais e Balanços Sociais divulgados por uma amostra de vinte e duas companhias, ou seja, onze públicas e onze privadas, no período de 1997 a 2006, assim como a verificação das informações disponíveis em seus websites; foi possível verificar que as empresas do setor de energia elétrica controladas pelo Estado divulgam mais informações socioambientais qualitativa e quantitativamente.

A divulgação ocorre predominantemente através do Balanço Social e está presente nas empresas do setor com grande adesão em razão de uma resolução normativa desde 2001, por imposição da ANEEL. Entretanto, observou-se que mesmo antes da imposição legal, as empresas já se destacavam na divulgação de informações objeto de análise.

Dessa forma, os resultados desta investigação sugerem que os determinantes da divulgação voluntária e obrigatória de informações socioambientais nas empresas de energia elétrica podem estar relacionados com a questão legal e com os impactos socioambientais provocados por suas atividades, que são de grandes proporções.

No que tange à questão principal do estudo, as diferenças na divulgação de informações socioambientais entre as empresas públicas e privadas estão relacionadas principalmente com o aspecto político e social que influenciam as empresas de controle estatal.

Tendo em vista as particularidades das empresas, os resultados indicaram que não há diferenças significativas entre o comportamento de empresas públicas e privadas do setor de energia elétrica, quanto aos aspectos ambientais e sociais das informações que essas disponibilizam para os seus *stakeholders*.

Diante do exposto, cabe ressaltar que no âmbito da literatura internacional, estudos anteriores evidenciaram resultados tanto semelhantes como divergentes dos que foram encontrados nesta pesquisa; tendo em vista as muitas diferenças culturais entre as empresas, regulamentação local, tamanho da amostra, e procedimentos metodológicos adotados, bem como o país de origem e formato da prestação de contas dessas empresas.

Outras considerações devem ser feitas quanto às grandes mudanças que ocorreram no setor de energia elétrica desde o início da década de 1990,

como a privatização de um número significativo de companhias do setor, além das influências legais e sociais, refletidas na normatização das organizações.

Recomenda-se para pesquisas futuras a análise comparativa de empresas de outros setores, assim como a relação dos investimentos socioambientais com os retornos financeiros das companhias e imagem corporativa. Recomenda-se também a ampliação da amostra e a utilização de outras categorias para análise de conteúdo, com a inclusão de outros itens, além da investigação sobre a influência e assimilação do conceito de responsabilidade socioambiental entre os públicos internos e externos às empresas. Outros pontos de vista e contextos também poderão ser examinados dentro da temática aqui apresentada.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. Disponível em: <www.aneel.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2007.

ASHLEY, P.A. (coord). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. SP: Saraiva, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA, P.C.S.; MELO, R.S.; KLEIN, M.A.; ALMEIDA, F.E.B.; BEZERRA, G.C.L. Convergências e divergências estratégicas de atores no setor energético: uma reflexão à luz da teoria dos stakeholders e da análise prospectiva. Simpósio de Gestão e Estratégia em Negócios, IV, **Anais...** 2006, Seropédica, RJ.

BERNARDO, D. C. R.; PEREIRA, N. C.; ÁVILA, R.C.; SALAZAR, G.T. Perfil das companhias de capital aberto no Brasil quanto a adoção de práticas de responsabilidade social. SEMEAD, IX, **Anais...** 10 e 11 de ago., p. 01-14, 2006.

BOWERMAN, M.; HUTCHISON, F. The role of local authority accountants in environmental decision-making. **Financial Accountability & Management**, v. 4, n. 14, p. 299-317, Nov. 1998.

BURIAN, P. P. **Do estudo de impacto ambiental à avaliação ambiental estratégica: ambivalências do processo de licenciamento ambiental do setor elétrico**. 2006, 219f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Campinas. Campinas.

BURNES, B.; KATSOUROS, M.; JONES, T. Privatization and the European Union : the case of the public power corporation of Greece. **The International Journal of Public Sector Management**, v. 17, n. 01, p. 65-80, 2004.

BURRITT R.L.; WELCH S. Australian commonwealth entities: an analysis of their environmental disclosures. **Abacus**. v. 33, n. 1, 1997a. p. 1-19.

_____. Accountability for environmental performance of the Australian Commonwealth public sector. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 10, n. 4, 1997b, p. 532-561.

CAMPOS, J.J.F. **Sustentabilidade Energética no Brasil**: proposta de indicadores para elaboração de relatórios de sustentabilidade por empresas do setor elétrico. 2005, 139f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas), Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

CHAN, B.L.; CORRAR, L.J.; MARTINS, G.A. Avaliação da privatização sob a ótica do desempenho operacional e financeiro. ENANPAD, XXVII, **Anais...** Atibaia-SP, 24 a 27 de set. 2003.

COOPER, S.M.; Stakeholder communication and the internet in the UK electricity companies. **Managerial Auditing Journal**, v. 18, n. 3, p. 232, 243, 2003.

CORMIER, D.; GORDON, I. M. An examination of social and environmental reporting strategies. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. v. 14 n. 5, 2001, p. 587-616.

FERREIRA, L.F.F. **Uma Análise dos impactos da privatização da Light sob o enfoque da agência reguladora e do consumidor**. 2000, 183f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas-RJ.

FROST, G.R.; SEAMER, M. Adoption of environmental reporting and management practices: an analysis of New South Wales public sector entities. **Financial Accountability & Management**, v. 18, n. 2, p. 103-127, may, 2002.

GAVIÃO, A.B. **Gestão de conflitos ambientais frente à implantação de hidrelétricas**: estudo de caso do aproveitamento hidrelétrico de Itapebi/BA. 2006, 127f. Dissertação (Mestrado em Regulação da Indústria de Energia), Universidade Salvador.

GIBSON, R.; GUTHRIE, J. Recent environmental disclosures in annual reports of Australian public and private sector organizations. **Accounting Forum**, v. 19, n. 2/3 p. 111-127. 1995.

GOMES, J.P.P. **O campo de energia elétrica no Brasil: de 1880 a 2002**. 2005. 182 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – EPABE. Fundação Getúlio Vargas, RJ.

GONZÁLES, C.L.; BEBBINGTON, J. Accounting change or institutional appropriation? A case of the implementation of environmental accounting. **Critical Perspectives on Accounting**, n. 12, p. 269-292, 2001.

GRAY, R; KOUHY, R.; LAVERS, S. Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 8, n. 2, 1995a, p. 47-77.

_____. Methodological themes: constructing a research database of social and environmental reporting by UK companies. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 8, n. 2, 1995b, p.78-101.

HIRA, A. HUKSTABLE, D.; LEGER, A. Deregulation and participation: an international survey of participation in electricity regulation. *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, v. 18, n. 01, p. 53-88, 2005.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Responsabilidade Social das empresas – percepção do consumidor brasileiro, pesquisa 2000 a 2005. Disponível em: <www.ethos.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2006.

LAGE, A.C. **Administração pública orientada para o desenvolvimento sustentável**: um estudo de caso: os ventos das mudanças no Ceará também geram energia. 2001, 157f. Dissertação (Mestrado em Administração). EBAPE, Fundação Getúlio Vargas, RJ.

LUCA, M. OLIVEIRA, M.C. DOS SANTOS, S.M.; PINHO, D.R. Responsabilidade social corporativa: um estudo sobre o comportamento das distribuidoras de energia elétrica da região nordeste. Congresso Usp de Contabilidade, VI, 2006, FEA-USP. **Anais...** São Paulo, 27 e 28 de jul. 2006.

MARTINS, G.A. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, M.C.; DAHER, W.M.; OLIVEIRA, B.C. Responsabilidade social corporativa e geração de valor reputacional: estudo multicaso, segundo o modelo de Hopkins, de empresas do setor energético do nordeste brasileiro. Congresso Usp de Contabilidade, VI, 2006, FEA-USP. **Anais...** São Paulo, 27 e 28 de jul. 2006.

_____; RIBEIRO, M. S.; SAMPAIO, M.S.A. Análise das ações de responsabilidade social divulgadas nas demonstrações contábeis das distribuidoras de

energia do grupo empresarial Guaraniana S.A. segundo o modelo analítico de Hopkins. Congresso Usp de Contabilidade, IV, 2004, FEA-USP. **Anais...** São Paulo, 07 e 08 de Outubro, 2004.

OLIVEIRA, J.A.P. Uma avaliação dos Balanços Sociais das 500 maiores. *RAE–Eletrônica*, v. 4, n. 1, jan./jul. 2005. Disponível em: <www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?fuse=action=artigo&id=2081&secao=artigos&volume=4&numero=1&ano=2005>. Acesso em: 07 mar. 2005.

PIRES, L.F.A. **Gestão ambiental da implantação de sistemas de transmissão de energia elétrica – estudo de caso: interligação norte/sul I**. 2005, 143f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

RAHAMAN, A.S.; LAWRENCE, S.; ROPER, J. Social and environmental reporting at the VRA: institutionalized legitimacy or legitimization crisis? **Critical Perspectives on Accounting**, n. 15, 2004, p. 35-56.

RUSCA, R.B.G. **Concessionárias de serviço de distribuição de energia elétrica no Brasil: Uma análise comparativa de desempenho entre setores público versus privado no período de 1990 a 1994**. 1996, 290f Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, EAESP, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo.

SHELL BRASIL LTDA. **Energia para gerações**. José Luiz Alquéres (coord). Rio de Janeiro: Shell Brasil Ltda, 2003.

SILVA, J.R.F. **As empresas do setor elétrico brasileiro e os níveis de evidenciações voluntárias das demonstrações contábeis**. 2004, 150f Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). UNB, UFPB, UFPE, UFRN, Recife – PE.

SOUZA FILHO, J.M.; WANDERLEY, L.S.O. Divulgação da responsabilidade social empresarial: como os websites empresariais vêm sendo utilizados por empresas de energia e varejo. In: ENANPAD, XXX, **Anais...** 23 a 27 de set. Salvador-BA, 2006.

SROUR, S. **A reforma do Estado e a crise no setor de energia elétrica: uma visão crítica do caso brasileiro**. 2005, 136f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública de Empresas) EBAPE, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.